

Chororô no gabinete do ministro

Documentaristas denunciam a José Aparecido a fome do cinema e a falência da Embrafilme

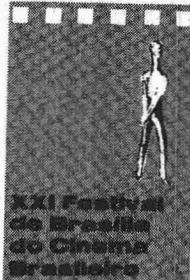
Cesar Mendes

Colaborador

“D e qualquer maneira, nós não vamos ter dinheiro no ano que vem”. Quem afirma isto é o produtor, roteirista e diretor gaúcho, Giba Assis Brasil, que completa: “Há três anos que o governo não investe um centavo no cinema brasileiro”. Giba foi um dos delegados das Associações Brasileiras de Documentaristas presentes ao XI Congresso Nacional das ABDs, que se reuniu durante três dias durante a realização do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Como saldo do encontro, os cineastas redigiram uma carta que foi entregue ao Ministro da Cultura, José Aparecido, que os recebeu com a seguinte constatação: “O Brasil está vivendo uma crise horrível e o cinema ainda está pior”.

Surreal

Pérolas de pensamento à parte, a verdade é que a situação da Fundação do Cinema Brasileiro é, no mínimo, surreal. Pouco antes da promulgação da nova Constituição, desembarcaram na Fundação nada



mais, nada menos, do que 56 funcionários, passageiros do último “trem da alegria” promovido pelo governo José Sarney. Ora, acontece que o pagamento dos salários desses indivíduos é feito à revelia do orçamento da União, através da arrecadação da própria Fundação. Isso significa que parte da verba que deveria ser destinada à produção cinematográfica está sendo utilizada no pagamento de salários desnecessários ao bom andamento da atividade cinematográfica. Com isso, fica prejudicada a atividade-fim da Fundação, ou as atividades-fins, já que Silvio Da-Rin, da ABD do Rio de Janeiro, chama a atenção ainda para o fato de que fomentar a produção não é o único fim da Fundação: “Temos ainda as publicações, pesquisas, cineclubistas, titulação de cópias para apresentação em Festivais, etc.”.

Silvio é autor de uma proposta esboçada num documento de no-

vembro do ano passado, data da última reunião das ABDs, que propunha que 50 por cento da verba institucional da Embrafilme fosse destinada às atividades-fins do órgão. O fato é que a política de relações do Estado com a atividade cinematográfica sofreu modificações nos últimos anos. Foi criada a Fundação do Cinema Brasileiro, que assumiu a área cultural da Embrafilme. Com isso, a Embrafilme ficaria responsável apenas pela distribuição dos filmes, o que na prática não ocorreu, já que ela ainda ficou responsável pela produção dos longas. “Com a criação da F.C.B., conseguimos uma democratização razoável dos critérios de produção para curtas e médias-metragens, com a realização de concursos trimestrais para seleção de filmes a serem produzidos, coisa que sempre foi nebulosa em se tratando de longas-metragens”, explica Giba Assis Brasil. “Esses concursos funcionaram durante cerca de quatro anos, graças à mobilização das ABDs. Esse ano a máquina toda parou e não foi iniciada mais nenhuma produção”.

Evasão

Os cineastas querem que as receitas institucionais do cinema brasileiro (fruto do imposto sobre a remessa de lucros das distribuidoras estrangeiras, arrecadação através do ingresso padronizado, etc), sejam divididas igualmente entre a Embrafilme e a Fundação do Cinema Brasileiro. “Hoje todo o dinheiro vai para a Embrafilme, que repassa uma parte para a Fundação”. Quanto à manutenção da F.C.B., os cineastas querem que seja garantida através de recursos do Tesouro. E aí, podem contratar quantos funcionários quiserem.

Outra modificação foi a criação de um júri de seleção para os curtas a serem exibidos dentro da lei de reserva de mercado (um curta nacional antes de um longa estrangeiro). “Antes os próprios exibidores realizavam curtas horríveis, com os quais levavam a porcentagem de arrecadação do curta e, ao mesmo tempo, colocavam o público contra o filme nacional”, salienta Roberto Moreira, vice-presidente da ABD de São Paulo. “De 85 para cá, o curta tem conquistado um espaço nos festivais e na crítica. Nos cinemas, vários filmes têm sido aplaudidos no final das sessões. Isso prova a vitalidade da produção”.

Mas em abril, o Concine mudou o esquema de arrecadação dos cur-



tas, que passou a ser feito através de um guia onde está prescrito que o valor indicado não será acrescido de juros e correção monetária. “Isso é um convite para que o exibidor não pague. Ele sabe que se pagar daqui a seis meses, por exemplo, vai desembolsar o mesmo valor. Então ninguém paga”, esclarece Giba.

Os cineastas reivindicam com urgência uma reunião do plenário do Concine, para que seja definida de uma vez por todas a punição por atraso no recolhimento da renda do curta-metragem. Outra proposta é a informatização da arrecadação, “única forma de combater a evasão de renda”. Segundo levantamento do Concine, cerca de 60 a 100 por cento da arrecadação é perdida por evasão. “Com as bilheterias informatizadas e ligadas diretamente ao Concine, no dia seguinte à exibição seria possível avaliar a arrecadação. Seria um esquema parecido com o dos bilhetes do metrô”, explica Roberto. “Dobrar a arrecadação para nós significa dobrar a receita do fundo do curta-metragem” (que premia os curtas selecionados pelo júri para cumprir a lei da reserva de mercado — hoje em torno de 3 milhões de cruzados para cada premiado).

Júri

Com relação à lei do curta, a principal reivindicação dos cineastas é que seja retomada a realização trimestral do júri de seleção de filmes de curta-metragem para a reserva de mercado. Atualmente, diversos títulos são repetidos até a exaustão por falta de novos filmes no circuito. Além do mais, a lei de exibição não é cumprida regularmente. Existe um problema na fiscalização dos cinemas, que é deficiente. Uma das propostas é de que representantes das diversas ABDs confirmem se os curtas estão sendo exibidos nos cinemas e, a partir daí, denunciem as salas que não cumpram a regulamentação, o que faria com que o Concine enviasse um fiscal em busca de um novo flagrante. Em São Luís, por exemplo, não só não está sendo cumprida a lei do curta como também a do longa (140 dias de exibição anual de longas nacionais). Euclides Moreira, presidente da ABD do Maranhão resume bem a situação: “Nos seis cinemas de São Luís, o argumento é um só: O cinema é meu, eu exibo o que eu quero”.